

EMIGRAÇÃO E IMIGRAÇÃO PORTUGUESA EM FOCO

Maria Izilda Santos de Matos*

PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. São Paulo/Portugal, Edusc/Instituto Camões, 2002.

No mundo globalizado, recentes projeções sobre os fenômenos migratórios apontam o estabelecimento de tensões e mudanças de fluxos; não se pode prever todo o seu desencaqueamento e amplitude, mas observam-se vetores de deslocamentos e pólos de atração. As migrações internacionais também revelam conflitos e crises pelas quais vêm passando certas áreas, criando a necessidade de reavivar as questões em torno do tema, recuperar suas trajetórias na história.

A produção em torno da imigração para o Brasil é ampla e tem sido enriquecida por polêmicas na historiografia contemporânea, apresentando variadas abordagens que analisam aspectos diferenciados do problema. Nesses estudos alguns grupos foram priorizados ou por sua importância numérica em determinada área ou período, ou por interesses específicos, contribuições e particularidades. Só mais recentemente a imigração ibérica tem instigado pesquisadores, já que a presença portuguesa esteve mais associada à época colonial.

A maior parte dos estudos sobre a imigração portuguesa tem-se voltado para o Rio de Janeiro, onde, sem dúvida, a presença dos portugueses foi numericamente significativa e marcante. Apesar de toda a importância da imigração portuguesa para São Paulo, durante o século XX (particularmente depois de 1908-10 e nos anos de 1950-60), na historiografia paulista percebe-se o enfoque privilegiado de outros grupos, em particular os italianos e japoneses, de modo que são poucos os estudos sobre os portugueses. Também em outros estados, como Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Pernambuco, os estudos sobre os lusitanos são ainda pontuais.

Nesse quadro, torna-se necessário ampliar as pesquisas sobre as experiências históricas de homens e mulheres imigrantes portugueses, recuperar suas trajetórias marcadas por um processo de participação-exclusão, conflitos, desapontamentos, despreços e hostilidades, questionando os argumentos de pacífica e cordial relação, sob a alegação de passado histórico, cultura e língua em comum.

Para enfrentar esse desafio, os pesquisadores brasileiros podem contar com o livro *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*, de Miriam Halpern Pereira, oportunamente publicado pela Edusc/Instituto Camões. Esse trabalho é leitura indispensável, por permitir reavaliar posições freqüentemente assumidas, além de enriquecer e ampliar as questões em torno do processo em Portugal e no Brasil. Possibilita, entre outras virtudes, uma leitura envolvente, fundamentada na extensa investigação da autora, pesquisadora e catedrática do ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa) e reconhecida por seus estudos e obras sobre a história portuguesa do século XIX.

O livro traz uma contribuição significativa para todos os interessados na presença portuguesa no mundo e em particular no Brasil e para além das análises, apresenta em anexo uma rica antologia de documentos fruto da extensa pesquisa da autora em arquivos e instituições portuguesas. Essa antologia se encontra composta por documentos organizados por período (1865-75 e 1913-27) e por temas, contendo uma rica documentação consular, correspondências, propostas, documentos de autoridades brasileiras e portuguesas, abordando temas como emigração clandestina e de menores, os prejuízos e as vantagens da emigração, os engajadores e capitães, os negócios de engajamento, a falsificação de passaporte, as condições de trabalho e de vida dos emigrantes nas fazendas e nas cidades.

Origens e destinos são questões e desafios para os pesquisadores do tema da e/imigração portuguesa. Este livro permite conhecer melhor o cenário e as questões que envolviam esses homens e mulheres e o universo cultural que influenciou a iniciativa de emigrarem e os porquês de terem optado pelo Brasil, bem como o papel e os vínculos que mantiveram com Portugal. A travessia do Atlântico envolve transformações nas zonas de origem e de destino, e a autora consegue intercruciar com detalhes esses dois quadros, vendo também as políticas de emigração e de imigração de forma indissociável.

Apesar do fenômeno da emigração em Portugal ser apresentado como uma permanência de longa duração, a autora procurou as especificidades do processo nos finais do século XIX e inícios do XX, momento em que ele adquire características novas, deixando de estar integrado predominantemente a um projeto do governo, estando vinculado às tensões do desenvolvimento capitalista português.

Do outro lado do Atlântico, a política imigrantista brasileira transforma o país num pólo de atração para os lusitanos “contribuindo para a difusão da concepção do Brasil como

uma terra de fortuna fácil, idéia que tinha raízes antigas no imaginário popular, desde as épocas do ouro e dos diamantes...” (p. 11). O resultado foi o encontro de sonhos individuais e atitudes coletivas fortalecendo o projeto de emigração assentado na idéia de vir para o Brasil fazer fortuna e voltar para o país natal, constituindo-se o mito do regresso, que contribuiu para a continuidade das remessas que adquiriram papel fundamental nas finanças portuguesas.

Focaliza as transformações no Brasil como a expansão cafeeira, o processo de abolição dos escravos, o projeto imigrantista e o crescimento urbano interagindo-as com questões em Portugal, como os fluxos de crescimento demográfico, as dificuldades de absorção de um excedente demográfico, somando-se às tensões no campo, o êxodo rural, as dificuldades no mercado de trabalho, o desemprego e o pauperismo, a fuga da proletarização, tornando, assim, a emigração numa possibilidade de amenizar tensões sociais, válvula de escape para atenuar os riscos de fortalecimento dos movimentos sindicais no campo e nas cidades.

Analisando detalhadamente a política de emigração portuguesa, destaca suas ambigüidades, as práticas de certa forma pendulares entre repressão e tolerância à emigração clandestina. A autora recupera as especificidades do contexto socioeconômico português e sua relação com os fluxos e refluxos da emigração e as alterações e permanências nas ações e repressões à emigração, bem como os impactos que a emigração maciça para o Brasil exerceu na sociedade portuguesa:

(...) a possibilidade de as camadas populares, sobretudo rurais, optarem por esta forma de mobilidade social, numa escala até então impossível, surpreendeu e desagradou. O desejo de mudança de estatuto social é muito mal recebido inicialmente pelas classes dirigentes, que o criticam num plano moral, associando-o à ambição desmedida de riqueza e contrapondo-lhe a pobreza como estatuto louvável de pureza moral. (p. 113).

As elites e os governantes portugueses denunciavam a sangria populacional, a desaceleração do crescimento demográfico de 1890, o envelhecimento da população e o elevado grau de feminilidade. Ante esses argumentos difundiam-se as práticas de orientação repressiva, com forte influência política da classe senhorial agrária, preocupada em manter a exploração da mão-de-obra no campo. Mesmo depois da monarquia constitucional, a tendência foi a manutenção da política repressiva, todavia, a corrente de emigração para o Brasil foi contínua e crescente ano após ano, marcando as ambigüidades das ações e das autoridades portuguesas.

As tensões políticas eram grandes e envolviam uma trama de interesses; além de satisfazer as necessidades de mão-de-obra em Portugal no campo e nas cidades, tinha-se

necessidade de manter as remessas do Brasil e de deslocar para a África parte do contingente emigratório. Se a repressão à emigração afrouxou a partir dos anos 1870, não se ousou empreender uma política explícita de liberdade de emigração, preferiu-se uma tolerância à emigração legal e clandestina. Assim, pode-se dizer que “um conjunto de fatores sociais, financeiros e políticos determina uma política real, ainda que não explícita de tolerância em relação à emigração, a partir do último quartel do século XIX” (p. 86).

As práticas foram marcadas pelas ambigüidades, ora dificultar as saídas para o Brasil, ora fazer vistas grossas ao engajamento e à emigração clandestina, o que acabava funcionando como um filtro

(...) da emigração, que determinava a sua composição predominantemente masculina e jovem (...) ocasionando a dispersão familiar que constituía a garantia do envio de remessas de dinheiro dos emigrante para as famílias residentes em Portugal, remessas que se haviam transformado num dos alicerces da política econômica e financeira portuguesa. (p. 89).

Apesar de não haver uma coincidência de interesses, as ações de companhias e engajadores foram contínuas e construíram uma rede de engajamento com vários agentes, envolvendo desde o pároco, as autoridades consulares brasileiras, a falsificação de documentos, contando com a conivência da polícia marítima e outros órgãos portugueses. Os capitães dos navios negociavam com os próprios engajadores que estabeleciam os contatos com os contratantes no Brasil, que antecipavam os custos com as despesas de viagem e pagavam a porcentagem do engajador; esses gastos eram repassados para o imigrante, que iniciava sua nova vida endividado com o patrão. Parte considerável da emigração era clandestina, mas alguns emigrantes já vinham com contratos – o que não diminuía as arbitrariedades –, outros assinavam contratos falsos e abusivos.

As dificuldades da viagem eram de diferentes níveis – os papéis, o embarque de clandestinos, as más acomodações no navio –, tornando o percurso uma verdadeira saga. Dos emigrantes legais, 20% eram menores de 14 anos que procuravam emigrar antes da idade do serviço militar, quando a repressão era maior. Apesar de variações que marcaram diferentes momentos, a maior parte dos emigrantes era de homens, os quais vinham sós, deixando as famílias, o que também justificava a continuidade das remessas.

No Brasil enfrentaram a exploração no campo e na cidade, bem como o antilusitanismo, e mantinham vivo o desejo do retorno, que levava à poupança como uma prática constante a alimentar as remessas; estas, por sua vez, passaram a ter papel de destaque para a economia portuguesa e seus meandros.

Procurando preencher vazios nem sempre acidentais na historiografia, da leitura de *A política portuguesa de emigração* fica a convicção da solidez dos argumentos da autora para rastrear as tramas no processo de e/imigração e demonstrar as ambigüidades das políticas e ações do governo português ante a questão.

Que essa publicação possa dar luzes e ser um estímulo a outras pesquisas sobre imigração portuguesa para o Brasil. Já que a história aqui produzida não é fruto de uma descrença no presente, localiza-se num quadro de preocupações com a contemporaneidade, e é nesse sentido que desvenda segredos encobertos por evidências inexploradas, filtradas nos discursos oficiais.

Notas

* Professora titular do Departamento de História da PUC-SP.